

## IDENTIDADE INDÍGENA NO BRASIL HOJE

Florêncio Almeida Vaz Filho (Mg.)

Antropólogo. Professor Assistente na Universidade Federal do Pará, Campus de Santarém (PA), e Doutorando em Ciências Sociais/Antropologia na Universidade Federal da Bahia, BRASIL

[florenciovaz@yahoo.com.br](mailto:florenciovaz@yahoo.com.br)

For many years, the word “Indians” in Brazil signified tribal and rural populations or “savages”, with exotic costumes. Thus the descendants of the indigenous who lived in the city, even though they presented physical and characteristic traits of the indigenous, did not consider themselves indigenous and they were not considered indigenous by others. The indigenous who migrated to the cities were no longer Indians and became socially “invisible”. This picture began to change in the last years, with [1] the appearance of indigenous organizations in various Brazilian cities and with [2] the increase of the number of individuals who live in the urban areas and who identified themselves as indigenous. This doubled the number of the indigenous in the country, who reached 735 thousand in the census of 2000. There is evidence that this tendency will continue and is provoking contrary reactions with the sectors of the government that take care of the Indians. They seem to be uncomfortable with the demands of these indigenous for the rights, which are guaranteed to them by the Constitution. Certain sections of the society also react, raising suspicion about the true “indianity” of these groups, arguing that they are not true Indians. The State and a part of the society accustomed with the old idea of the Indians as being from the rural tribal villages, have not accepted the other concept, more ample and inclusive of what is an Indian. Our work or paper tries to determine the elements that will answer the question: Who are the indigenous in Brazil today?

Como saber quem é indígena no Brasil hoje? Diante das mudanças ocorridas nas comunidades indígenas e na sociedade brasileira nas últimas décadas, esta pergunta aparentemente simples está rondando a cabeça de autoridades do Governo, antropólogos, indigenistas e os próprios indígenas. Durante séculos, a palavra “índio” evocava imediatamente a natureza, homens exóticos nus, com os corpos pintados e adornos de plumas. Eram as populações tribais e “selvagens”, que viviam isoladas ou com pouco contato com a sociedade nacional. Tal imagem já não explica a complexidade de situações que atualmente

envolvem os modos de ser indígena, e somos desafiados a pensar mais. Neste texto vamos colocar, de forma muito superficial, o quadro da questão e alguns elementos que podem ser úteis na busca da resposta.

A definição para o conceito de “indígena” não é uma questão que diz respeito apenas ao Brasil. Afinal, o termo “índio” no continente americano foi usado inicialmente para designar o nativo frente ao conquistador europeu. Depois, continuou sendo aplicado aos descendentes dos nativos encontrados nestas terras. Porém até fora da América o termo é usado para se referir aos ocupantes originários de um determinado território. Sem dúvida, a indianidade é uma categoria ambígua, para dizer o mínimo.

Conforme Rodolfo Stavenhagen, a antropologia definiu alguns critérios de indianidade, como a continuidade histórica entre a população indígena originária e a que atualmente se identifica como indígena. Mas se pensamos em termos genéticos e culturais, a continuidade sofreu muitas mudanças, com as mesclas ocorridas ao longo dos anos, e não é tão simples de ser documentada. Além disso, a indianidade freqüentemente é resultado da imposição de políticas governamentais e, pelo lado dos indígenas, “es producto, las más de las veces, de um “discurso construído” por las emergentes élites intelectuales de los propios pueblos indígenas y sus simpatizantes entre otros sectores de la población” (STAVENHAGEN, 2003, p.173).

Em todos os casos, o discurso da indianidade carrega consigo as denúncias das injustiças históricas cometidas contra os indígenas e fundamenta e legitima as reivindicações dos direitos humanos específicos devido à sua condição de indígenas. Pode-se dizer que isso depende muito da subjetividade dos índios. Mas a definição do que é ser indígena é objeto de disputa, e outras subjetividades entram em ação, negando-lhes tal identidade - como fazem as empresas e proprietários capitalistas que ocupam as terras reivindicadas pelos índios - ou limitando bastante a definição e impondo pela lei critérios de identidade indígena, como fazem os Estados nacionais.

No México pós-revolucionário, havia dificuldade em saber quem era o indígena e quem era o mestiço. Enquanto alguns antropólogos colocaram critérios subjetivos, afirmando que era índio quem se sentisse índio, a ideologia do Estado apresentou critérios mais étnicos, onde o aspecto lingüístico era decisivo: é índio quem fala uma língua indígena. O Chile, após a volta da democracia em 1989,

experimentou uma revitalização das identidades indígenas, com muitas demandas de índios nas áreas rurais e urbanas, e o “reaparecimento” de cinco dos oito povos atualmente reconhecidos. A categoria “indígena”, antes discriminatória e racista, passou a ter uma grande força de mobilização social. Porém a Lei Indígena de 1993 define objetivamente quem pode ser considerado indígena, a saber: filhos de pais indígenas originários das terras indígenas; descendentes que possuem ao menos um sobrenome indígena e pessoas que mantêm traços culturais de alguma etnia indígena (GALL, 2003).

No Brasil, o Estatuto do Índio de 1973 diz que é indígena “todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional”.<sup>1</sup> A Constituição Federal de 1988 não coloca critérios de identidade indígena, apenas estabelece a competência do Estado em demarcar as terras dos povos indígenas e garantir os seus direitos básicos. O Brasil promulgou em 2004 a Convenção 169 da OIT, que garante ser a consciência da identidade indígena ou tribal o critério fundamental para definir quem são os indígenas, apesar de que esse direito da auto-identificação indígena é desrespeitado sistematicamente pelo próprio Estado, como veremos mais adiante.

O pensamento antropológico brasileiro evoluiu bastante sobre esse tema nas últimas décadas. E meados do século XX, quando estava forte o modelo evolucionista e seus conceitos de “assimilação” e “aculturação”, era comum a visão romântica dos índios como “primitivos”, isolados, muito próximos da natureza e bastante distintos da sociedade brasileira. Os “índios” eram uma categoria transitória, com data prevista para desaparecer, sendo suas culturas engolidas pela sociedade nacional (OLIVEIRA FILHO, 1999). No fim, os sobreviventes “aculturados” se tornariam camponeses pobres sem vínculos étnicos específicos.

Nos anos 1970, alguns pesquisadores começaram a ser influenciados pelas idéias de F. Barth, de que grupo étnico é “tipo organizacional” e não “unidade portadora de cultura”, e que o código essencial da identidade que orienta as relações interétnicas se exprime por contraste. Na fricção do contato, surge um conjunto de possibilidades de escolhas identitárias. Elas não são livres, mas são escolhas. Alguns grupos podem optar por assumir-se indígenas e outros, podem

---

<sup>1</sup> Cf. CAMPOS, André. *Índio na Cidade*. 13/03/2006. Disponível em <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=520> e Acesso em: 17.09.2006

negar tal identidade, e escolher outras que lhes forem mais convenientes naquela conjuntura (OLIVEIRA, 1976).

Nas décadas seguintes, a idéia de etnicidade como uma forma de linguagem organizadora de coletividades continuou forte. Definitivamente, uma cultura indígena não é estática, mas se transforma, perde e ganha, esconde e mostra, conforme as relações interétnicas. A “cultura de contraste” se apresenta com sinais diacríticos definidos conforme uma relação concreta. As identidades étnicas não têm uma substância (como se pensou que era a cultura), mas são construídas nas relações de contraste. Assim, são índios aqueles que se consideram e são considerados índios. “Os grupos étnicos só podem ser caracterizados pela própria distinção que eles percebem entre eles próprios e os outros grupos com os quais interagem” (CUNHA, 1987, p.111).

Na verdade, nem importa se a distinção se manifesta realmente em traços culturais. Importa que o grupo se percebe como distinto culturalmente. Etnicidade é uma “construção social”, uma idéia cuja especificidade estaria em diferenças “culturais” ou “de lugar”, porém não um lugar geográfico real, e sim a percepção que as pessoas têm da diferença em termos geográficos. Diferença e similitude aqui são pensadas a partir da definição do grupo étnico, conforme seu processo histórico particular (GALL, 2003).

Tal modo de pensar dava conta das novas realidades de comunidades que voltavam a se reivindicar indígenas depois de décadas e até séculos de silêncio, já muito diferentes daquelas culturas encontradas pelos europeus em 1500. O fenômeno é muito mais vigoroso na região Nordeste, onde até a metade do século passado contavam-se 10 etnias, e em 1994 o número já havia subido para 23 (OLIVEIRA FILHO, 1999), mas ocorre em praticamente todas as regiões do país. Os povos “emergentes” ou reetnicizados, que passaram a se organizar como indígenas e reivindicar sua terra, especialmente após a Constituição de 1988, vivem em áreas bastante urbanizadas ou próximas de cidades e com um aparente “baixo grau de distintividade cultural” (OLIVEIRA, 1999) em relação à sociedade envolvente.

Para os antropólogos que estudam estas comunidades, não existem as identidades indígenas “mais puras” ou “naturais” (que seriam, por exemplo, as comunidades amazônicas com poucos anos de contato) frente às “emergentes” (referindo-se aos povos do Nordeste e de todas as regiões de colonização antiga).

Todas as coletividades étnicas estão em constante interação e mudança, portanto importa considerar que o grupo indígena se identifica e é identificado como tal, e não buscar hierarquias que mais revelam preconceitos da sociedade e do pesquisador do que dados empíricos.

Enquanto os antropólogos avançaram nessa concepção, o senso comum da população e a política indigenista oficial continuaram fortemente impregnados pela visão do índio como “primitivo”, morador da selva e “natural”. Essa visão serve de alguma forma como um argumento em defesa das sociedades indígenas, mas alimenta suspeitas sobre a “autenticidade” ou a “pureza” das culturas que se afastam dessa “primitividade”. Voltamos ao caso dos habitantes do Nordeste brasileiro, região com mais de cinco séculos de contato, onde a maioria dos povos não falam mais sua língua original.

Uma amostra do descaso do Governo para com as identidades “emergentes” é que os processos de demarcação de terras que já estavam em andamento, desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, estão quase paralisados. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão oficial de assistência aos indígenas, resiste em reconhecer oficialmente as novas demandas por demarcação de terras indígenas, que não param de chegar. Como meio de pressão, os indígenas cobram providências acionando o Ministério Público Federal (MPF), realizam atos públicos, ocupam prédios da FUNAI e até fazem os seus funcionários reféns.

Ilustremos essa resistência da FUNAI através de declarações dos seus próprios diretores. Um presidente do órgão durante os anos 1990 chegou a dizer: “não é possível que comunidades pobres do Nordeste pintem a cara e simulem rituais só para serem considerados índios”. E o atual presidente da FUNAI, Mércio Gomes, seguiu o mesmo raciocínio: “há organizações que estimulam comunidades de algumas áreas a reivindicar a posse de terras sob a alegação de que são índios”<sup>2</sup>. Pelo que estamos vendo, para o Governo, os índios apenas “alegam” que são índios sem sê-lo de fato. Em outra ocasião, em janeiro deste ano, Mércio Gomes demonstrou de novo sua contrariedade com o aumento do número de índios e das suas exigências por demarcação de terras: “É terra demais. Até agora,

---

<sup>2</sup> LACERDA, Rosane. *Povos Indígenas – A Maior das Dívidas*. Disponível em: [http://www.acaoeducativa.org.br/base.php?t=ndir\\_0013&y=base&x=Indir\\_0002&z=03](http://www.acaoeducativa.org.br/base.php?t=ndir_0013&y=base&x=Indir_0002&z=03) Acesso em 17.09.2006.

não há limites para suas reivindicações fundiárias, mas estamos chegando a um ponto em que o Supremo Tribunal Federal terá de definir um limite"<sup>3</sup>.

A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a quem compete a assistência à saúde indígena, em geral espera que a FUNAI comece o processo de identificação e delimitação das terras indígenas, o que significaria o "reconhecimento" oficial da identidade indígena de um povo. Só então, ela inicia o atendimento àquelas comunidades indígenas. Então, como FUNAI não está delimitando novas terras indígenas – ou o faz muito lentamente - a FUNASA não atende a saúde porque os indígenas não estão "reconhecidos".

Para os povos indígenas já distantes daquele padrão do índio "selvagem" não tem sido fácil impor sua indianidade à sociedade e ao Estado brasileiros, apesar de contarem com o apoio político de entidades indigenistas de grande credibilidade e peso na sociedade, como é o caso do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da Igreja Católica, de antropólogos e suas universidades e dos Procuradores da República do MPF, entre outros. As autoridades governamentais não entendem que direitos indígenas nada têm a ver com "primitividade" ou "pureza" cultural e biológica. Eles têm a ver com o Estado reconhecer os índios como descendentes da população autóctone, que é a sua assumida identidade (OLIVEIRA FILHO, 1999).

Além dos povos que voltam a reivindicar-se indígenas, outro fenômeno que provoca o questionamento da idéia tradicional de "índio" são os índios nas cidades.

Desde que os conquistadores chegaram a estas terras, eles já encontraram os nativos concentrados em grandes cidades, como Tenochtitlán, no atual México, Quito ou Cuzco, nos Andes. Pesquisas mais recentes mostram que 4.400 anos antes da construção da capital do império dos Inka, uma outra cidade foi erguida pelo primeiro Estado político no Peru. Caral-Supe é a civilização mais antiga das Américas, desenvolvida quase ao mesmo tempo em que foram as da Mesopotâmia, Índia e Egito. É interessante o fato de que Caral-Supe conseguiu tal avanço isolada das civilizações do Velho Mundo, que puderam trocar conhecimento entre si (SOLIS, 2005). Nas terras baixas do Brasil, onde hoje está a Reserva Indígena do

---

<sup>3</sup> *Declarações questionam Direito à Terra.* Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=20674&busca=mércio> Acesso em: 17.09.2006

Xingu, estudiosos descobriram restos de aldeias que entre 1.200 e 1.500 d.C. teriam comportado até 5.000 mil pessoas (PIVETA, 2003). E mesmo durante a Colonização, no século XVIII, após a expulsão dos jesuítas, os índios desaldeados chamados de “tapuias”, oriundos das *missões*, passaram a ocupar as vilas e cidades, sobretudo na Amazônia, onde depois foram assimilados e desapareceram como “índios étnicos” (FERNANDES, 2005).

Esses exemplos mostram que os indígenas já são muito familiarizados com as cidades há milhares de anos, e que não haveria motivos para estranhamentos com o fenômeno atual do crescimento da população indígena em áreas urbanas.

Sabe-se que a migração em direção às cidades é uma tendência do chamado mundo globalizado. O campo míngua, enquanto as cidades incham. Em todas as cidades latino-americanas cresce o número de indígenas que chegam fugidos da falta de terra, da pobreza e em busca de uma vida melhor. Onde eles eram raros ou “invisíveis”, começam a se tornar comuns (CONEJO, 1997). No Brasil isso também acontece.

No censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, 734.131 mil pessoas se classificaram na categoria “indígena”<sup>4</sup>. E o dado que provocou muita surpresa e acaloradas discussões foi que, quase 50% dessa população não vive em aldeias rurais, mas está nas cidades. Lembramos que nas áreas rurais no Brasil vivem 220 povos, que falam mais de 180 línguas<sup>5</sup>. Para minimizar o impacto da informação, houve até quem dissesse que seriam apenas índios “genéricos”, sem pertencimento étnico (VARGA, 2003). Como se por isso fossem menos índios. Agora, quase às vésperas de um outro censo demográfico (2010), os brasileiros parecem estar se acostumando com a idéia de que os índios são uma realidade nas cidades.

Os indígenas podem ser observados nas grandes, médias e pequenas cidades de Norte a Sul do país. Em geral estão nos bairros da periferia, em situação de extrema pobreza, em paisagens que lembram bem o drama dos habitantes pobres de países africanos, como Sudão ou Somália, nas esquinas vendendo artesanato, pedindo esmolas ou caídos nas calçadas. Normalmente os outros

---

<sup>4</sup> Em 1991 foi a primeira vez que o Censo Demográfico do IBGE incluiu nos seus questionários a categoria “indígena” no item “cor”, para serem preenchidos pelos entrevistados conforme a sua auto-identificação, e contou 294.131 indígenas (VARGA, István Van Deursen. *Dos Medicamentos aos Índios “Genéricos”*. Março de 2003. Mimeo)

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.socioambiental.org.br/pib/portugues/quonqua/qoqindex.shtm>  
acesso em 17.09.2006

moradores lhes dão as costas e ignoram seu drama<sup>6</sup>. Porém, nos últimos anos devido à gravidade da situação de enfermidades e mortes em algumas cidades, a presença dos índios se tornou um problema inevitável, que não poderia mais ser escondido. Prefeituras, universidades, Ministério Público Federal (MPF) e outras entidades, além dos próprios índios, começaram a se reunir para discutir o que fazer para assistir os índios que vivem nas cidades.

Os índios também tomam suas iniciativas e se organizam. Em geral, são famílias que moram em barracos próximos de outras famílias indígenas, e se reúnem regularmente, realizam rituais religiosos e criam associações, para defender seus direitos e buscar benefícios diante da prefeitura e de outras instituições. Um exemplo conhecido é o dos Pankararu, originários do Estado de Pernambuco, que vivem na cidade de São Paulo. São aproximadamente mil pessoas que se encontram sempre, têm sua associação, e já conseguiram que o Governo construísse um prédio de apartamentos exclusivo para 88 famílias. Eles reivindicam agora uma área para a realização dos seus rituais. Calcula-se que representantes de dez outras etnias vivam na grande São Paulo.

Em Campo Grande, capital do Estado do Mato Grosso do Sul (MS), os índios orgulham-se de ter erguido “a primeira aldeia urbana do Brasil”, fruto da ocupação de um terreno que realizaram em 1995. Depois de muita luta, conseguiram que a Prefeitura fizesse um loteamento com casas padronizadas para 170 famílias, escola e até uma rádio comunitária. Os líderes reconhecem a importância dessa experiência para a auto-estima e a manutenção dos valores culturais do povo Terena. Existem na cidade outras duas “aldeias”. Em 2005 os índios conseguiram algo também inédito no país, que foi a criação pelo poder público de um Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas, que deverá elaborar políticas indigenistas e acompanhar seu desenvolvimento. De objetos da assistência ou do paternalismo governamental, os índios passam a ser cidadãos participantes da vida política oficial<sup>7</sup>.

As informações sobre os índios nas cidades estão cada vez mais comuns na imprensa<sup>8</sup>. Só em Manaus, uma das metrópoles na Amazônia, viveriam entre 18

---

<sup>6</sup> HECK, Egon. *Dourados: Uma Cidade de Costas para os Índios*. 03.03.2005. Disponível em:

<http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=1107&eid=325> Acesso em: 17.09.2006

<sup>7</sup> CAMPOS, André. *Índio na Cidade*. 13/03/2006. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=520> Acesso em: 17/09/2006

<sup>8</sup> Alguns exemplos de notícias sobre índios citadinos nos jornais:

a 36 mil índios. Como em outras cidades, além de estarem organizados em associações, os índios se entendem como formando “aldeias”<sup>9</sup>, pois o assumir-se indígena também está ligado a um forte sentimento de comunidade e a um processo de politização. Há “aldeias” com famílias pertencentes a apenas uma etnia e há outras “aldeias” com famílias de diferentes etnias, mas o sentimento de pertença a uma coletividade está sempre presente. Só em Manaus já existem aproximadamente vinte “aldeias” organizadas. E os líderes dizem que a grande maioria dos índios nas cidades não se assume, por temor de sofrer preconceitos, e por isso vivem isolados e anônimos. Dizem que são “nordestinos”, “bolivianos”, “peruanos” ou até “japoneses”, devido a semelhança dos traços físicos.

As principais demandas das associações são saúde, educação, cultura e trabalho, elementos que não estão ainda incorporadas à pauta das políticas indigenistas do Estado. As instituições governamentais de assistência aos indígenas estão ainda voltadas para os índios nas áreas rurais, e ignoram as reivindicações dos índios nas cidades. Há até denúncias de lideranças mostrando que a FUNAI não os aceita como índios, e em muitos casos o fato foi divulgado amplamente na imprensa<sup>10</sup>. Mércio Gomes, o presidente da FUNAI, não concorda, por exemplo, que o IBGE pergunte qual é a “raça/cor” da pessoa, pois ao falarmos de indígenas não tratamos de “raça”, mas de “etnia” – disse ele. Portanto, as pessoas que respondem ao censo do IBGE como sendo da “raça” indígena, mas não sabem a que povo indígena pertencem ou de que etnia descendem, não são indígenas. Por isso, para a FUNAI só existem no Brasil 450 mil índios, e não os 734.131 que contou o IBGE<sup>11</sup>.

---

<http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=1&tema=16&matéria=2656>

<http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=1&tema=16&matéria=2434>

<http://www.correiadoestado.com.br/exibir.asp?chave=136820,1,1,01-09-2006>

<sup>9</sup> Uma “aldeia” na cidade não significa necessariamente que todas as casas estejam próximas umas das outras, como as aldeias no meio rural. Em alguns casos isso acontece, mas em geral são famílias que vivem relativamente vizinhas umas das outras e que mantêm uma intensa relação de comunidade, com reuniões e rituais regulares, e alguns trabalhos em conjunto. Cada aldeia procura criar e legalizar sua associação, pois os índios sabem que é uma necessidade no caso de fazerem reivindicações e elaborarem “projetos”.

<sup>10</sup> CAMPOS, André. *Op. Cit.*

<sup>11</sup> CHADE, Jamil. *Número de Índios do IBGE está Inflado, diz FUNAI*. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=34948> Acesso em: 17.09.2006

Em todas as escolas, os estudantes aprendem que a sociedade brasileira é formada principalmente pela contribuição (genética e cultural) das três “raças”: branca, negra e indígena. Ninguém nunca questiona o fato de os brancos serem uma “raça”, e nem eles são cobrados de que precisam ter uma etnia específica para serem considerados “brancos”. Do mesmo modo, não se questiona o fato de os negros serem uma “raça”, e nem se cobra deles o pertencimento a uma etnia específica para serem considerados “negros”. Por que somente os índios têm que ser “étnicos” e não “raciais” para serem aceitos como índios?

A FUNAI demonstra este mesmo comportamento de desconfiança e negação em relação aos povos indígenas “emergentes” e suas reivindicações, como já vimos. Porém, com os índios nas cidades, o desprezo parece ser bem maior. É preciso destacar que esta postura da instituição indigenista oficial foi duramente criticada por antropólogos, indigenistas e líderes indígenas, em uma prova de que o sentido do termo “indígena” no Brasil está em disputa política e conceitual<sup>12</sup>

A irrupção estatística e política de índios nas cidades certamente tem abalado a firmeza da idéia de “índios” como povos *aldeados* em áreas *rurais*, mas ela continua forte entre as autoridades governamentais e no senso comum da população. Até o chamado “movimento indígena” continua sendo porta-voz apenas das organizações que representam os povos indígenas nas áreas rurais. Quando os líderes falam dos índios nas cidades o fazem como se isso fosse uma exceção ou um apêndice da realidade dos índios aldeados. Apesar de que a maioria desses líderes não negam a indianidade dos índios que vivem nas cidades e nem desautorizam suas organizações (das cidades), alguns outros líderes indígenas “rurais” temem que as conquistas e a melhoria de vida dos indígenas nas cidades estimulem mais índios a migrar, deixando suas terras para os invasores e enfraquecendo a luta do “movimento indígena”. E não é raro que demonstrem também uma certa desconfiança de que muitos dos índios nas cidades não sejam índios de verdade, e estejam apenas querendo se servir dessa identidade para obter direitos e benefícios próprios dos índios aldeados.

---

<sup>12</sup> VAZ, Florêncio. *Limpeza Étnica e Racial no Brasil*. 09.02.2006. Disponível em: [http://agenciartamajior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=2916](http://agenciartamajior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2916) Acesso em: 17.09.2006

Um exemplo dessa postura pode ser encontrada no Documento Final com as propostas da “Conferência Nacional dos Povos Indígenas”, convocada pela FUNAI, que aconteceu em Brasília, entre os dias 12 e 19 de abril de 2006<sup>13</sup>. Não podemos dizer que é uma posição apenas de índios do “movimento indígena”, pois a conferência contou com a participação aproximadamente 800 delegados escolhidos nas várias regiões do país, e nem todos eram ativistas do “movimento”. Além do mais, a condução política da Conferência esteve nas mãos da FUNAI e de lideranças ao órgão alinhadas. A quase totalidade dos 169 pontos com reivindicações e sugestões sobre o que os indígenas esperam do Estado se referem aos índios que vivem em áreas rurais. Quase que de forma natural, ao falar dos “índios” o documento está falando dos índios das áreas rurais. São apenas treze os itens (156-169) que fazem referências explícitas à situação dos índios nas cidades.

Nos parágrafos que citam a questão dos índios na cidade, os participantes reivindicam terras agricultáveis, escolas e apoio para estudantes universitários, assistência à saúde e políticas públicas voltadas para essa população, mas para serem atendidos os índios das cidades devem mostrar uma “carta de apresentação” a ser fornecida pela FUNAI dizendo a sua etnia de origem (159). E o órgão indigenista oficial deve consultar as comunidades indígenas para verificar se aqueles que se declaram indígenas são de fato indígenas (161).

É o último ponto do documento o mais emblemático do temor que a FUNAI e os índios aldeados têm de que “não-índios” se passem por índios: “Que os itens acima aprovados contemplem apenas os indígenas assegurados por sua interação permanente com a sua comunidade, que residem nas aldeias e na cidade” (169). A referência insistente à “comunidade”, o aspecto étnico da identidade, pode ser um recurso necessário na atual conjuntura da revitalização da identidade indígena no Brasil, para evitar que de fato a identidade indígena fique aberta demais. Não sabemos ainda se esse meio de controle e limitação institucional vai dar conta das situações que estão a irromper.

Uma questão aberta é com respeito aos índios citadinos que não estão vinculados a grupos étnicos específicos. Segundo o último censo demográfico, por

---

<sup>13</sup> Portal oficial da Conferência Indígena da FUNAI. Acessar: [http://www.conferenciaindigena.com.br/index.php?option=com\\_content&task=blogsection&id=1&Itemid=28](http://www.conferenciaindigena.com.br/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=1&Itemid=28)

exemplo, no Estado do Piauí, uma região sem etnias ou comunidades indígenas organizadas, existem 2.106 índios. Por que o Governo tem que cobrar deles uma pertença étnica para comprovar sua indianidade? Observamos que cresce no país o número de pessoas nessas condições, que se assumem como índios e não vêm problemas no fato de já não saberem identificar sua etnia de origem. Provavelmente o Censo de 2010 trará um crescimento ainda maior no número desses indivíduos não vinculados a uma etnia específica. O Governo poderá tentar limitar no começo, mas o processo pode se impor por si e, no fim, o Estado terá que reconhecer que índios tem a ver com “raça” também e não somente com “etnia”.

O problema é sério, mas no momento não pode nem ser medido qualitativa e nem quantitativamente em toda a sua dimensão. Faltam levantamentos atualizados e pesquisas no campo da sociologia, da antropologia ou até da psicologia social. A própria falta de estudos sobre esse fenômeno já demonstra o preconceito que também está presente entre os cientistas sociais, para quem os índios nas cidades ainda estão invisíveis. Ou esses índios não têm o “atrativo” simbólico dos índios das florestas ou dos campos, tão caros à antropologia clássica.

Diante dessa lacuna de conhecimentos, vemos uma luta de subjetividades em busca de legitimidade para suas visões sobre o que é ser “índio” no Brasil. Diante dos grupos reetnizados (emergentes) e dos índios “étnicos” e “raciais” nas cidades, a sociedade se pergunta: são índios mesmo? Em função dos critérios estabelecidos anteriormente, da parte do Governo e de setores da sociedade, ainda há suspeitas sobre a sua verdadeira indianidade.

Mas a sociedade também demonstra que está mudando suas idéias sobre os índios, e dá sinais de que aceita modos de ser indígena diferentes daquele tradicional. A crescente presença na mídia de escritores, atores e modelos indígenas contribui para mostrar que ser indígena pode ser associado ao “belo”, “da moda”, “inteligente” ou “moderno”. A atuação política dos líderes das centenas de organizações indígenas, junto com o grande número de vereadores e uma dezenas de prefeitos retira aos poucos o estereótipo do índio como “incapaz” e subserviente e mostra-o como cidadão.

Pode-se esperar muito também da entrada de estudantes indígenas nas universidades. Em 1997, eles eram 100, e atualmente o número já ultrapassa 2,5

mil<sup>14</sup>. Faz três anos algumas universidades públicas iniciaram a concessão de cotas para negros e indígenas provenientes de escolas públicas. É da mesma época a criação pelo Governo federal do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que concede bolsas para negros e índios ingressarem em cursos superiores. Com esses estímulos, tem sido alta a procura de cursos universitários por parte dos indígenas. Ainda não se pode ter uma avaliação mais profunda sobre o impacto desse contingente de índios capacitados e sua inserção na sociedade. Mas podemos prever que o resultado será positivo para os povos indígenas como um todo, como indica a declaração de uma dessas estudantes:

*“Queremos diplomas para levar o conhecimento de volta para nossas comunidades, sem que, para isso, tenhamos de perder nossa identidade cultural, nossos valores. Não é porque estamos na cidade que somos menos índios. Isso não existe”*

Eliane Rodrigues de Lima, 20 anos, do povo Bakairi (Estado de Mato Grosso), 4º semestre de Direito da Universidade de Cuiabá (Unic)<sup>15</sup>

Finalmente, quais os critérios de indianidade atualmente válidos no Brasil? Vemos que há uma luta do novo contra o velho. De um lado, estão concepções e práticas inovadora baseadas na linha da auto-identificação étnica e até racial, que ganharam impulso com estudos antropológicos recentes, com a Constituição de 1988 e a ratificação no Brasil da Convenção 169 da OIT. De outro lado, estão idéias e práticas conservadoras baseadas na identidade como algo objetivo e substancial, que o Estado pode instituir, independente dos sujeitos.

Não podemos dizer qual lado está se impondo mais neste momento. Mas levantamos a hipótese de que, a posição objetivista e conservadora já foi bem mais forte e está perdendo terreno, mas ainda ameaça e coage ou, no mínimo, retarda o processo de “renascimento” da identidade indígena. A posição inovadora em favor das novas formas de ser indígena pode avançar mais, se potencializar suas forças, através de redes de organizações e alianças com outros setores não indígenas na sociedade, inclusive dentro do próprio Estado. Inclusive os indígenas brasileiros poderiam trocar mais experiências e aprender com a realidade de outros países

---

<sup>14</sup> CASTRO, André Augusto. Rede Virtual contra Problemas Reais. Disponível em : <http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0906-06.htm> Acesso em : 17.09.2006

<sup>15</sup> Idem.

latino-americanos, rompendo o isolamento cultural que tanto mal já fez a índios e não-índios brasileiros. Enfim, se identidade étnica e identidade racial são “construções sociais”, a sociedade brasileira está em meio a essa tarefa.

## NOTAS E BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, André. *Índio na Cidade*. 13/03/2006  
<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=520> Acessado em 14.09.2006

CASTRO, André Augusto. *Rede Virtual contra problemas Reais*.  
<http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0906-06.htm>

CONEJO, Mario. Los Migrantes modelan una Nueva Ciudad: El Caso de Otavalo. In: VV.AA. *Identidad Indígena em las Ciudades*. Quito: Fundación Hans Seidl, 1997, p. 121-151

CUNHA, Manuela Carneiro. *Antropologia do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987

FERNANDES, Gilmara. População Urbana: desafio das Políticas Públicas. *Porantim*, Brasília, N. 279, outubro de 2005.

GALL, Olívia. Estado Federal e Grupos de Poder Regionales frente al Indigenismo, el Mestizaje y el Discurso Multiculturalista. In: ZAMBRANO, Carlos Vladimir (Ed.). *Etnopolíticas y Racismo: Conflictividad y Desafíos Interculturales en América Latina*. 2ª ed. Bogotá: Universidad nacional de Colômbia, 2003, p. 49-76.

LACERDA, Rosane. Povos Indígenas – A Maior das dívidas. Disponível em:  
[http://www.acaoeducativa.org.br/base.php?t=ndir\\_0013&y=base&x=Indir\\_0002&z=0](http://www.acaoeducativa.org.br/base.php?t=ndir_0013&y=base&x=Indir_0002&z=0)  
 3 Acessado em 17.09.2006.

*Declarações questionam Direito à Terra*. Disponível em.  
<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=34948> Acesso em 17.09.2006

OLIVEIRA, Roberto Cardoso Identidade Étnica, Identificação e Manipulação In: *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. A Problemática dos “Índios Misturados” e os Limites dos Estudos Americanistas: um Encontro entre Antropologia e História. In:

*Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999, p.99-123

PIVETA, Marcos. A Luz que o Homem Branco apagou. In: *Pesquisa FAPESP*. São Paulo, 92, outubro de 2003, pp. 82-87.

SOLIS, Ruth Shady. Caral, a Cultura mais antiga das Américas. *História Viva*, São Paulo, Edição Especial Temática, N. 10, 2005.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Los Derechos Indígenas. In: ZAMBRANO, Carlos Vladimir (Ed.). *Etnopolíticas y Racismo: Conflictividad y Desafíos Interculturales en América Latina*. 2ª ed. Bogotá: Universidad nacional de Colômbia, 2003, p p. 163-185.

VARGA, István Van Deursen. *Dos Medicamentos aos Índios "Genéricos"*. Março de 2003. Mimeo

VAZ, Florêncio. *Limpeza Étnica e Racial no Brasil*. 09.02.2006. Disponível em: [http://agenciartamainor.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=2916](http://agenciartamainor.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2916)

Acesso em: 17.09.2006